

BIOÉTICA FEMINISTA E O CONCEITO DE AUTONOMIA RELACIONAL APLICADO ÀS QUESTÕES DE SAÚDE DA MULHER

Dhara Tavares Dias¹, Tânia Aparecida Kuhn²

*Discente do Centro das Ciências Biológicas e de Saúde (CCBS/UFOB, Barreiras-BA/Brasil),
dhara.d6574@ufob.edu.br,*

Docente do Centro das Humanidades (CEHU/UFOB, Barreiras-BA/Brasil), tania.kuhn@ufob.edu.br.

Esta pesquisa tem como tema a importância e aplicabilidade da Ética Principlista de Beauchamp e Childress nas questões de saúde das mulheres. Segundo a corrente principlista, existem quatro pilares norteadores das decisões morais em se tratando de dilemas éticos na área da saúde, sendo eles (1) a autonomia, que consiste na liberdade dos indivíduos de realizarem escolhas, na imprescindibilidade do consentimento informado e na proteção dos incapazes; (2) a beneficência, a qual se dá por uma obrigação moral de se atuar ativamente na promoção de bem-estar do paciente; (3) a não maleficência, que se traduz na minimização dos danos ao paciente; e (4) a justiça, que implica na distribuição equitativa de recursos, tratamentos, riscos e benefícios. No entanto, essa abordagem tradicionalista, cuja ontologia moral autocentrada e individualista considera um agente universal, tem sido criticada por não se atentar aos contextos sociais e às relações de poder que influenciam no exercício dos pilares mencionados no cotidiano dos usuários de serviços de saúde, em especial a autonomia. Em vista disso, bioeticistas feministas desenvolveram estratégias pelas quais a autonomia pode ser exercida na presença de microfísicas de poder e de opressão que permeiam os discursos, práticas e normas e que se alteram conforme a identidade do agente, propondo, para tanto, o conceito de autonomia relacional. Assim, essa pesquisa objetiva compreender o conceito de autonomia em seu sentido clássico e evidenciar as suas negligências em relação aos grupos minoritários, como as mulheres, foco principal desse estudo. Além disso, por meio da contribuição dos estudos feministas, procura-se ultrapassar os limites dos raciocínios morais tradicionais, examinando os pressupostos bioéticos feministas envolvidos no conceito de autonomia relacional e como esse conceito auxilia a construir as considerações bioéticas sobre as questões de saúde das mulheres. A pesquisa adota uma abordagem teórico-reflexiva a partir da revisão bibliográfica e utiliza o método filosófico-analítico para examinar os limites das teorias bioéticas. Outrossim, promove-se também uma reflexão ético-filosófica alinhada às metodologias feministas sobre situações reais ou fictícias com o intuito de perpassar o raciocínio moral tradicional. No decorrer do estudo, destaca-se a insuficiência da definição tradicional do conceito de autonomia para resolver dilemas morais em ambientes opressivos. Em contrapartida, evidencia-se como a abordagem relacional da autonomia é mais bem sucedida em promover um maior grau de autonomia, haja vista que as forças opressivas atingem a vida das mulheres e de outras minorias de forma muito mais profunda do que a bioética clássica considerava, podendo afetar diversos aspectos da existência desses grupos, inclusive no contexto das escolhas em saúde. Portanto, percebe-se que o conceito de autonomia relacional possui um potencial no campo da bioética, podendo assegurar às mulheres mais justiça no atendimento à saúde.

Palavras-chave: autonomia relacional; bioética feminista; bioética principlista; saúde das mulheres

Agência Financiadora: CNPq